

6

A construção da identidade dos conselheiros – narrativas profissionais

No capítulo anterior, as narrativas contadas pelos conselheiros tutelares sobre suas trajetórias de vida, desde sua infância até a chegada ao Conselho Tutelar, foram bastante relevantes para nossa análise da construção da identidade de cada um deles. O objetivo daquele capítulo era observar como que as narrativas pessoais e profissionais antes da entrada no Conselho atuam na construção de suas identidades de conselheiros. Neste capítulo, analisarei narrativas que falam de suas experiências com deficiência e violência, dentro do Conselho Tutelar. Como já esclarecido, a questão da violência contra crianças e adolescentes com deficiência foi colocada pelos pesquisadores da área da saúde. Em todas as entrevistas os conselheiros foram estimulados a falar sobre violência e deficiência. Para a presente análise, as falas sobre tais tópicos se revelam como momentos muito interessantes para se estudar a construção da identidade. Além disso, acredito que a análise dessas falas poderá oferecer uma contribuição para a pesquisa na área da saúde, no sentido de que revela como os conselheiros vêem crianças e adolescentes com deficiência, e a violência contra eles.

Este capítulo está subdividido em quatro partes. Inicialmente analisaremos as respostas dadas pelos conselheiros sobre o conceito de deficiência (seção 6.1); em seguida, analisaremos as narrativas contadas sobre pacientes com deficiência (seção 6.2); consecutivamente são apresentadas narrativas sobre casos de violência contra crianças e adolescentes com deficiência (seção 6.3); e, por último, analisaremos, a partir de narrativas contadas por eles, seu envolvimento com os casos apresentados durante as entrevistas (seção 6.4).

6.1 O que é deficiência?

Na subseção 2.7 da presente pesquisa foram apresentados vários tipos de deficiência. Tais conceitos são muito difíceis de serem aplicados. A deficiência muitas vezes se apresenta de maneira singular e individual. Isto quer dizer que uma pessoa com deficiência pode apresentar um quadro médico distinto de outros

pacientes com a mesma deficiência. Diante desta realidade, é compreensivo que assistentes sociais, conselheiros tutelares e até profissionais da saúde tenham dificuldade em classificar ou até mesmo perceber que determinada pessoa possui alguma deficiência.

Nesta seção, apresento trechos das entrevistas feitas com os conselheiros tutelares Carlos, Bruna, Ana e Thais, sobre o que é deficiência. Os trechos a seguir não são narrativas, porém, eles antecedem relatos de histórias sobre deficiência, e, como veremos, atuam na construção das identidades dos conselheiros. Os conselheiros foram questionados sobre seus conhecimentos a respeito deste tema para que se pudesse conhecer sua perspectiva sobre o assunto e também entender porque tão poucos casos de deficiência são notificados nos Conselhos Tutelares.

A fim de conhecer o que os conselheiros entendem por deficiência, sejam elas físicas ou intelectuais, os entrevistadores formularam perguntas específicas sobre o tópico. Nesta seção observaremos trechos das respostas dadas pelos conselheiros tutelares para a pergunta “o que é para você a deficiência?”, e veremos, em seguida, narrativas de alguns casos exemplificados pelos conselheiros na tentativa de conceituar os diferentes tipos existentes.

Os primeiros trechos, apresentados a seguir, são respostas diretas à pergunta elaborada pelos pesquisadores e não se constituem como narrativas, como mencionado anteriormente. A pergunta em questão tinha como objetivo descobrir suas crenças e conhecimentos com relação ao conceito de deficiência.

As dificuldades iniciais na conceituação do termo começam já nas primeiras falas. A conselheira Ana, por exemplo, afirma claramente que não sabe o que é o termo, como mostra o trecho abaixo.

01	Anita	Diz pra gente é: é: Ana o que é pra você uma criança um
02		adolescente com deficiência
03	Ana	Pra mim o que que é assim o que eu percebo
04	Anita	Aham:
05	Ana	Ah: eu eu assim sinceramente eu não sei te dizer ...

Neste trecho, ao ser perguntada diretamente sobre uma definição para o que seria a deficiência, Ana afirma inicialmente que é o que ela percebe e a seguir que não consegue definir o termo.

Já o conselheiro Carlos tem dificuldades não apenas em conceituar o termo “deficiência”, mas também relata ter dificuldades em perceber as peculiaridades da chamada intelectual.

A análise do trecho a seguir, que apresenta dois momentos distintos (linhas 01 a 16; e linhas 16 a 21), é importante para percebermos o que o conselheiro entende por crianças e adolescentes com deficiência.

01	Olivia	E como é que você vê quer dizer nossa pesquisa específica na
02		questão da deficiência né como é que você vê: é essa questão da
03		deficiência mental quer dizer o que você entende como deficiência
04		mental ou doença mental o que que você =
05	Carlos	=hoje eu tenho certeza e aí eu posso falar [não como]
06	Olivia	[você me
07		desculpa] eu falei deficiência mental é que é uma coisa que eu mais::
08		mas deficiência de [um modo geral]
09	Anita	[um modo geral]
10	Carlos	A mental é hoje eu tenho a certeza absoluta e digo sempre o
11		seguinte quem chega aqui com comprometimento seja ele de
12		natureza ... psíquica vamos dizer assim ... ou melhor deixa eu
13		arrumar essa ... as pessoas que chegam aqui com qualquer
14		comprometimento pelo uso de qualquer substância entorpecente eu
15		acho que tem que começar pela saúde mental é a porta de entrada
16		pra você poder hoje conhecer alguém é a saúde mental ... agora
17		quanto a deficiência todos nós somos deficientes deficientes em
18		atender deficientes em informações nós não sabemos nem a forma
19		correta de você:: é:: se dirigir a alguém com deficiência eu não sei se
20		... por exemplo uma pessoa com comprometimento mental eu não
21		sei se chamo de doido de maluco você fica assim com medo de não
22		tá sendo politicamente correto

Neste trecho inicial, Carlos disserta sobre vários assuntos distintos para tentar conceituar o termo “deficiência”. Ao ser perguntado por Olivia e Anita a respeito do que entendia como sendo uma pessoa com deficiência, ele inicia sua fala apresentando o que ele chama de ‘comprometimento mental’. Segundo Carlos, uma pessoa teria um comprometimento dessa natureza se fizesse ingestão de alguma substância entorpecente, como por exemplo, drogas e/ou bebidas alcoólicas. Sendo assim, esse seria um problema de saúde adquirido ao longo da vida e por causa de maus hábitos de um indivíduo. Ele acrescenta ainda que acredita no fato de que todas as pessoas são deficientes de alguma forma, como

afirma nas linhas 16/17 que “*todos nós somos deficientes, deficientes em atender, deficientes em informações*”. Dessa maneira ele trata da deficiência como algo comum a todos os seres e bastante banal. De certa forma, ele abre o leque de possibilidades das deficiências (como listadas na subseção 3.5), e faz de todos nós deficientes.

O trecho a seguir, ainda da entrevista com Carlos, inicia-se com uma afirmação do conselheiro em relação às deficiências físicas e em seguida conta uma história pessoal.

34	Carlos	Olha deficiência aquelas assim mais ... são as deficiências físicas ...
35		agora o que mais me chama atenção e aí () é a deficiência mental
36		pelo seguinte hoje a gente sabe que qualquer substância ela vai
37		causar uma alteração não sei se é a palavra certa psíquica ou mental
38		ou seja enfim ela vai ter um comprometimento e a gente acompanha
39		isso <u>diariamente</u> então você não tem condições técnicas ou legais de
40		dizer que esse cara é doido mas a gente tenta por exemplo
41		sensibilizar as outras autoridades que possam de forma é de forma::
42		... mais ... é:: me fugiu a palavra ... é:: deixa eu dar um exemplo que
43		é o seguinte um garoto que faz uso de crack como de bebida
44		alcoólica a gente sabe que isso vai causar uma alteração mental
45		então assim quem É que me garante que ele não vai ter um surto
46		psicótico que ele não vai desenvolver uma qualquer atividade normal
47		to te falando isso porque em casa eu tenho um primo que ele tem
48		esquizofrenia e essa esquizofrenia desenvolveu a partir da morte do
49		pai dele... então aí a gente conheceu um pouco esse mundo o
50		mundo da loucura e aí fomos ver quantos loucos eu tenho na minha
51		família ao longo das gerações descobrimos um monte de doidos aqui
52		você vê que no no trabalho diário com as pessoas você vê que assim
53		o que que te escapa da normalidade

Carlos diz, na linha 34, “*Olha deficiência aquelas assim mais ... são as deficiências físicas ...*”. Nada mais é falado neste trecho sobre esse tipo de deficiência. O que se pode entender, portanto, a partir dessa afirmação é que parece que, para o conselheiro, é mais fácil compreender e identificar deficiências como a visual, a auditiva, e outras mais, que são de fácil percepção através do simples contato visual com o paciente, ao contrário de outras no qual são necessários exames minuciosos até o diagnóstico definitivo. Por mostrar facilidade ao identificar as deficiências físicas, Carlos volta a explicar o que acredita ser a deficiência mental (entendida nesta pesquisa como “*intelectual*”). Ele diz, portanto que “*o que mais me chama atenção e aí () é a deficiência mental pelo seguinte hoje a gente sabe que qualquer substância ela vai causar*

uma alteração não sei se é a palavra certa psíquica ou mental ou seja enfim ela vai ter um comprometimento” (linhas 35/36/37/38). Porém, ao contrário do que pensa e define o conselheiro, segundo Cavalcante (apud Assis et al. 2003[2009] p.212), a deficiência intelectual seria caracterizada pelo “Retardo mental medido por testes ou pelo desempenho funcional, com rendimento intelectual inferior à média e prejuízos nos padrões comportamentais esperados para a idade.” Sendo assim, o que o conselheiro assume por transtornos psíquicos ou comprometimento mental, não se caracteriza por ser uma deficiência intelectual como a conceituada por Cavalcante (apud Assis et al. 2003 [2009]), mas sim um transtorno causado por efeitos externos e muitas vezes de responsabilidade do próprio indivíduo. Ao final do trecho, ele narra a história de seu primo que apresentou, a partir da morte do pai, traços de esquizofrenia, tentando conceituar o termo deficiência. Porém, a esquizofrenia é um transtorno mental, que pode se desenvolver em diferentes idades e por diversas maneiras.

Logo a seguir, o conselheiro novamente se constrói como alguém que, por não ser agente de saúde ou médico, não está capacitado para definir o tipo de comprometimento ou deficiência que algum paciente possa ter. Ele se pergunta “*quem sou eu pra julgar é se é normal ou não*” (linhas 52 e 53).

52	Carlos	que que te escapa da normalidade e quem sou eu pra julgar é se é
53		normal ou não e quem te garante que eu seja normal quer dizer eu
54		acho assim são aqueles mais visíveis agora quanto a pergunta inicial
55		generalizando que é a deficiência ... o que hoje nos temos assim
56		numa quantidade muito grande de atendimento é esse que
57		aparentemente desenvolve algum comprometimento ou alguma
58		deficiência mental

Por tudo que foi dito pelo conselheiro Carlos, nestes dois trechos, percebe-se com clareza as dificuldades enfrentadas no dia a dia de seu trabalho. Assim como a conselheira Ana, que afirmou não saber definir o termo deficiência, também Carlos não tem a definição do termo de maneira clara, objetiva e simplificada, o que pode ser fator de muita relevância no encaminhamento e possível atenção à crianças e adolescentes com deficiência nos casos apresentados em cada Conselho Tutelar.

O trecho a seguir faz parte da entrevista realizada com a conselheira Bruna. Assim como Ana e Carlos foram questionados a respeito do temo deficiência, também foi Bruna. Sua resposta está no trecho que se segue.

01	Olivia	Bruna me diz uma coisa o que que é pra você criança e adolescente com deficiência ... mudando assim o tema
02		
03	Bruna	criança e adolescente com deficiência ... pra mim são é: é: pessoas que precisam né de de um olhar específico ... né e há atendimentos específicos como todos na verdade como todos todos nós é: atendimento personalizado independe até de:: alguma deficiência física né psicológica é:: neurológica acho que mais que () uma criança portadora de deficiência né tem algumas especificidades que precisa ter um olhar específico pra aquela questão
04		
05		
06		
07		
08		
09		

Ao analisarmos a fala da conselheira, percebemos que ela também não possui uma visão bem estruturada e clara a respeito do que seja a deficiência. Isso fica claro na sua fala nas linhas 3 e 4, “*criança e adolescente com deficiência ... pra mim são é: é: pessoas que precisam né de de um olhar específico ...*”. Ao final do trecho, ele ratifica sua fala e diz ainda que pessoas com deficiência tem algumas especificidades. Ou seja, cada deficiência tem suas particularidades e por isso cada indivíduo mereceria um olhar específico. Embora a conselheira afirme isso, ela nada fala a respeito de sua preparação para o atendimento a essas pessoas.

Ao contrário do apresentado nas entrevistas com os conselheiros Ana, Carlos e Bruna, a conselheira Thais mostra, no trecho a seguir, segurança e domínio quando questionada sobre a deficiência.

01	Maria	Como é que vocês identificam uma criança e um adolescente com deficiência ou doença crônica quando chega assim pra você
02		
03	Thais	Ah mas isso aí é muito óbvio
04	Maria	Assim de CARA da pra perceber né::
05	Thais	É:: ... é: dá pra perceber logo ... pelo menos pra mim dá
06	Maria	E o que que te ajuda assim a perceber ... o que que é? É a tua experiên::cia é um pouco o olhar:: pras essas crianças? O que que te ajuda chegou uma criança ... com uma mãe ... que você nunca viu antes ... você olha pra aquela criança como é que você consegue perceber que aquela criança tem assim que é diferente que a faz diferente ... o que que te ajuda
07		
08		
09		
10		
11		
12	Thais	Não sei não sei se é... o olhar:: da criança ... eu eu acho que é o olhar ... porque a criança não olha com os mesmos olhos né: de uma pessoa normal
13		
14		

Logo em sua primeira fala, na linha 03, ela afirma ser bastante óbvio perceber uma criança ou um adolescente com deficiência. Para ela, basta olhar para os olhos da criança e perceber a diferença. Em momento algum, porém a conselheira menciona ter tido algum tipo de preparação para fazer este identificação. Pelo contrário, fica claro, embora ela não afirme categoricamente, que sua experiência de vida a ajuda bastante nesse reconhecimento. Por isso, é importante ressaltar que a segurança apresentada por Thais é baseada em um critério totalmente subjetivo, sem qualquer embasamento técnico ou científico.

Todos os extratos que analisamos nesta subseção, até o presente momento, nos permitem concluir que, se levarmos em consideração suas tentativas de conceituar as deficiências através de respostas diretas para a pergunta feita pelas pesquisadoras, os conselheiros tem dificuldade de conceituar o termo de forma clara e objetiva. Ao observamos os trechos que se seguem em suas respectivas entrevistas, percebemos que os conselheiros vão tentar explicar o que entendem por deficiência através de narrativas sobre casos atendidos por eles. Os trechos a seguir, portanto merecem tanta atenção quanto os demais apresentados.

No fragmento abaixo, logo após sua declaração de que não sabe definir deficiência, Ana conta a história de um adolescente de nove anos que tem dificuldade de fala e de aprendizado. Segundo a conselheira, esse seria, portanto, um caso de deficiência e por isso o adolescente mereceria uma atenção especial.

05	Ana	Ah: eu eu assim sinceramente eu não sei te dizer ... assim...é:: agora
06		pouco antes de vocês chegarem eu tava atendendo um adolescente
07		uma criança de nove anos né em que a mãe tava passando pra mim
08		a dificuldade dele de fala de:: de aprendizado de leitura falei então
09		essa criança é uma criança que tem algum tipo de deficiência né
10		porque se essa criança não consegue atender tá com nove anos tem
11		uma dificuldade de falar tremen:da e ele QUERIA falar comigo ai eu
12		perguntava a mãe dele respondia eu falei não deixa ELE falar comigo
13		mas ele assim a ANSIA que ele tinha de falar mas a dificuldade dele
14		de falar né ai teve uma hora que ele abaixou a cabeça..então pra
15		mim essa criança É uma criança que precisa de uma atenção
16		especial de cuidado especial porque ela tem uma deficiência né
17		então eu vejo mais ou menos

A conselheira Ana inicia sua narrativa com o *resumo* da história que irá contar com o objetivo de explicar o que entende por deficiência (“*eu tava atendendo um adolescente uma criança de nove anos né que tem dificuldade de*

fala de:: de aprendizado de leitura”). Ao longo de sua história, as ações complicadoras (*falei então essa criança é uma criança que tem algum tipo de deficiência* – linhas 08/09; *ele queria falar comigo* – linha 11; *eu falei não deixa ele falar comigo* – linha 12; *ai teve uma hora que ele abaixou a cabeça* – linha 14) mostram que a conselheira possui de fato um conhecimento no tratamento de pessoas com deficiência, e saber fazer o reconhecimento de que há uma diferença já possibilitará um atendimento mais específico e individualizado.

O mesmo ocorre com o conselheiro Carlos, ao narrar uma história hipotética sobre um menino que faz uso de algum tipo de drogas. Ele afirma que o uso de tais substâncias causará uma doença mental para essa criança e ela necessitará de atenção e cuidado especiais.

42	Carlos	deixa eu dar um exemplo que é o seguinte um garoto que faz uso de
43		crack como de bebida alcoólica a gente sabe que isso vai causar
44		uma alteração mental então assim quem É que me garante que ele
45		não vai ter um surto psicótico que ele não vai desenvolver uma
46		qualquer atividade normal

Todos os trechos apresentados nesta subseção revelam que os conselheiros mostram dificuldades em conceituar o termo ‘deficiência’ e alguns até fazem uso de narrativas para tentar explicar seus conhecimentos. Tais narrativas revelam, no entanto, um saber advindo de suas experiências no Conselho Tutelar. Por isso, embora os conselheiros não dominem conceituações técnicas ou científicas de deficiência, eles mostram que lidam com deficientes a partir de um saber baseado em suas próprias sensibilidades e experiências profissionais. Se pensarmos ainda em uma dimensão mais pessoal de suas identidades, percebemos que alguns mostram mais ou menos segurança ou conforto em lidar com tais problemas.

6.2 Narrativas sobre crianças e adolescentes com deficiência

Nesta subseção, as narrativas em análise serão referentes a histórias de pacientes que chegaram ao Conselho Tutelar e que apresentavam algum tipo de deficiência. O objetivo é analisar de que maneira os conselheiros constroem suas identidades a partir de narrativas sobre crianças e adolescentes com deficiência.

As conselheiras Bruna e Thais relatam dois casos de crianças que tinham uma deficiência que era sabida ou diagnosticada por médicos. Em ambos os casos as conselheiras relatam a chegada da criança ao Conselho, seja por intermédio de outros ou até mesmo da própria família. Ao longo das narrativas, as conselheiras relatam os problemas apresentados pelas crianças, e também como procederam para a resolução do caso.

O primeiro trecho faz parte da entrevista de Bruna aos pesquisadores. Ela relata a história de um menino, cuja família procurou o Conselho Tutelar em busca de uma escola que fosse próxima a sua residência. O menino, que é cadeirante e tem ossos de vidro, uma doença de origem genética que causa alterações na produção de colágeno e provoca o encurvamento dos ossos longos como os da coluna, pernas e braços (<http://www.brasilecola.com/saude/ossos-vidro.htm>), estuda em uma escola particular longe de sua casa, pois as escolas públicas no entorno de sua casa não estão adaptadas para recebê-lo.

01	Bruna	Eu lembro que em questão de deficiência física a gente ainda tá lutando há dois anos para um cadeirante conseguir uma vaga numa escola próxima de sua residência
02		
03		
04	Anita	Então conta pra mim esse caso assim ele chegou aqui co::mo quem atendeu:: e ai como é que era:=
05	Bruna	=é:: é:: uma criança que tem: ... é: ossos de vidro ... e a família veio procurar porque a família tava pagando colégio particular assim PAGANDO ganhou uma bolsa então o custo era menor mas era muito <u>longe</u> de casa e eles não conseguiam não tinham dinheiro pra pagar:: uma escola particular mais próxima e não conseguia bolsa também e as escolas públicas próximas também não estavam preparadas ... não conseguiam atender ... e ele por ter os ossos de vidro é: tá sempre tendo problema de necessidade de atendimento médico de as vezes imediato emergencial e:: é cadeirante ... então as escolas não estão preparadas pra receber cadeirante ... né a própria estrutura física não só os profissionais não estão preparados para lidar com portadores e a estrutura física também não tá pra cadeirante e:: a gente tá há dois anos ligando já foi feito pro ministério público mas assim as escolas não tem estrutura pra poder estar recebendo ai a gente tá agora com a promessa que teve uma escola que foi: tá em reforma então tem a promessa de que já nessa reforma adaptar:: preparar:: rampa e coisa pra poder:: ai assim que acabar essa essa: obra estar incluindo ele nessa escola ... mas ai o tempo vai passando daqui a pouco ele não tem idade pra estudar estar na sala na série dessa escola e ai a gente vai começar a brigar por causa de uma escola no estado que seja próxima e que tenha acessibilidade né
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

Durante sua narrativa, a conselheira cita alguns dos procedimentos feitos para tentar solucionar o caso, como nas linhas 01, 02 e 03, ao dizer “*a gente ainda tá lutando há dois anos para um cadeirante conseguir uma vaga numa escola próxima de sua residência*”, assim como nas linhas 17, “*a gente tá há dois anos ligando*”, 19 e 20, “*a gente tá agora com a promessa que teve uma escola que foi: tá em reforma*”, e 24 e 25, “*a gente vai começar a brigar por causa de uma escola no estado*”. Em todas as citações, embora a conselheira use a expressão ‘a gente’, referindo-se a outros membros do Conselho Tutelar, ela constrói sua identidade como uma profissional comprometida com o trabalho e disposta a tudo para melhorar a vida dessa criança com deficiência. A escolha de itens lexicais como ‘lutando’ e ‘brigar’, mostra que cada caso apresentado no Conselho Tutelar assemelha-se a uma batalha, que deve sempre ser travada em prol do bem estar da criança. Essas escolhas mostram a complexidade de cada caso e a necessidade de se ter profissionais comprometidos e capacitados para executar bem suas funções no cargo.

No trecho a seguir, narrado pela conselheira Thais, observa-se o caso de um menino que tem uma deficiência, não especificada, e que foi abandonado pela mãe. Pela história de vida de Thais, analisada nas narrativas contadas no capítulo 5, seção 5.4, percebe-se que a estrutura familiar é um aspecto de extrema relevância em sua vida pessoal. Dessa maneira, a conselheira expressa suas crenças sobre família durante a narrativa contada sobre a história da criança com deficiência e sua mãe. Ao dizer que a mãe não tinha em seu registro nome de pai nem de mãe, a conselheira afirma que “*ela não tem:: não sabe como é assim uma família ... né porque ela não teve ... só conhece aquilo que a gente convive né*”, linhas 30, 31 e 32.

10	Thais	nem ... <u>expressão</u> ... pra dizer né:... esse menino que: que chegou aí
11		hoje né... () ele tem uma:: uma deficiência
12	Maria	Conta um pouquinho o caso dele pra gente assim Thais
13	Thais	Ele foi <u>abandonado</u> pela <u>mãe</u> ... a mãe resolveu ir pra espanha ...
14		nós achamos ... que ela ... foi com uma rede de prostituição
15	Maria	Perfeito
16	Thais	<u>Essa</u> senhora que tá aí com ele era::: ... <u>mãe</u> dele é: fazia <u>faxina</u> na
17		casa dela ... esse ELA é a <u>quinta</u> pessoa que esse menino convive ...
18		ela foi pra lá ele tinha cinco anos e ficou com um ficou com outro
19		ficou com outro ficou com outro e ficou com ela por que? Porque ela
20		é: dizia que ia né mandar: <u>mandar</u> dinheiro né foi pra <u>Espanha</u> pra
21		mandar dinheiro

22	Maria	Claro
23	Thais	E ia mandar dinheiro é: pras pessoas é: dar comida pro meni::no né:
24		... é:: alimentação é:: roupa <u>tudo</u> né... ela fazia isso muito pouco
25		muito raramente e:: ela vinha aqui porque parece que eles
26		reclamavam aí ela vinha e botava na casa de outro ... ELA não tem
27		pai nem mãe ... o registro dela ... foi feito pelo juiz ... ela foi criada em
28		abrigo ... e numa determinada época lá o juiz fez esse esse registro
29		dela tem até o registro dela no prontuário dele ... então não tem
30		nome de pai e mãe ... bom acho assim que ela não tem:: não sabe
31		como é assim uma família ... né porque ela não teve ... só conhece
32		aquilo que a gente convive né

A fala final da conselheira parece ser uma justificativa para as ações da mãe perante o menino. Tudo isso ajuda a construir a identidade da conselheira. Em primeiro lugar como profissional dedicada e comprometida com o trabalho e em segundo lugar, mas não menos importante, como uma mulher que acredita na estrutura familiar como sendo a base do relacionamento humano.

Após analisar as duas narrativas contadas pelas conselheiras é possível perceber que há forte presença de traços da personalidade de cada uma no contar de suas histórias, como por exemplo, a perseverança, a sensibilidade para o cuidado com o outro, valores familiares, e de cidadania e de respeito. Por isso, a análise das narrativas é fundamental, ajudando-nos assim a nos construirmos tanto pessoalmente quanto profissionalmente.

6.3 Narrativas sobre violência contra crianças e adolescentes com deficiência

Na subseção 6.1 tratamos da conceituação dos vários tipos de deficiência segundo os conselheiros. Na presente subseção, damos continuidade à análise de narrativas, mas com o foco nas que trazem casos específicos de violência contra crianças e adolescentes com deficiência. Para este estudo foram analisados três trechos das entrevistas concedidas por Carlos, Ana e Bruna. A temática da violência está presente nos três trechos que aparecem a seguir. Porém, temos tipos distintos de violência. Nas narrativas de Carlos e Ana, temos exemplos de violência física e de violência social, psicológica e sexual, tendo sido provocada

por um adulto. Já na narrativa apresentada por Bruna, a violência apresentada é social, já que a criança não é desejada na comunidade em que vive.

O primeiro trecho, a seguir, apresenta a narrativa contada por Carlos. O conselheiro relata um caso de violência cometida pelo padrasto contra uma menina deficiente física. Ao ser acionado para cuidar do caso, o conselheiro vai até a residência da menina e encontra a arma do crime, um pedaço de madeira.

16	Carlos	Um outro caso que me chamou muito atenção muito muito muito foi
17		uma colega que tinha trabalhado conosco e ela pessoalmente me
18		pediu que intercedesse junto a uma família parente dela onde uma
19		adolescente que tinha uma deficiência física tinha levado uma surra
20		do padrasto está bom fui até a casa do alto do morro e chegando lá
21		me mostraram a arma do crime uma madeira DESSE tamanho e eu
22		falei gente eu não entendo uma mulher bonita a mãe da criança
23		como que ELA permitiu e eu falei a MINHA mãe com oito filhos se
24		separou do meu pai no dia em que ele bateu no meu irmão ela o
25		agrediu e acabou o casamento ali ... como ... isso há quarenta anos
26		atrás... como que nos dias de hoje com todos os recursos de
27		informação inclusive acessibilidade a todos os órgãos de proteção
28		aquela mulher permitiria:: bom... não ai fazendo qualquer alusão a
29		violência mas ela ... ali a convenci a IR a delegacia isso era uma
30		sexta-feira o registro da ocorrência a delegada uma mulher a
31		indignação... generalizada bom ... fiz aquilo e fiquei muito... enojado
32		com aquilo tudo ... na SEGUNDA-FEIRA ... essa mesma pessoa a
33		Telma colega me liga dizendo o seguinte OLHA a menina foi vítima
34		de uma nova violência só que dessa vez da mãe como assim? vol::to
35		lá ai a mãe alega que ela tinha intermediado o pedido de desculpas
36		do marido padrasto da menina e que a menina não aceitou e ai a
37		mãe indignada olha só que loucura daí eu tomei as providencias que
38		era tirar aquela menina do convívio daquele casal ... ai depois passa-
39		se um tempo isso na semana passada uma OUTRA garota que eu
40		não sabia quem era foi acolhida por estar na rua enfim ... filha de
41		quem? Desse cara

Até esse momento, o conselheiro mostra sua indignação com relação a crimes desse tipo e cita um episódio da sua própria história de vida, ao apresentar uma narrativa encaixada. Ele narra a história de sua mãe ao se separar de seu pai há quarenta anos por ele ter agredido seu irmão (*a MINHA mãe com oito filhos se separou do meu pai no dia em que ele bateu no meu irmão ela o agrediu e acabou o casamento ali* – linhas 23/24). Com todas essas falas nessa narrativa encaixada o conselheiro mostra aspectos de sua vida e assim se constrói como um homem que não aceita agressões físicas contra mulheres e crianças como alguém que tem valores familiares fortes e que provavelmente passou por situações de violência que marcaram sua vida.

Ao voltar a narrar a história da menina deficiente física, ele conta que essa mesma menina foi violentada novamente, mas dessa vez pela mãe, que ao aceitar o marido de volta em casa, foi recriminada pela filha. Diante deste cenário, o conselheiro se mostra novamente como um profissional preocupado com o bem estar da criança, e luta para a retirada da menina do convívio daquela família.

O trecho a seguir, narrado por Ana, conta uma breve história sobre uma mãe que, abandonada pelo marido com dois filhos, agrediu sua filha que era deficiente.

10	Ana	Uma criança igual eu atendi uma criança com () com oito anos
11		desse tamaninho que pesa:: vinte e três quilos né com oito anos de
12		idade e que a mãe pega a mão dessa criança e segura:: na chaleira:
13		ferendo: segu: é:: até queimar quer dizer né:: como lidar com essa
14		situação? Ai você vai ver o histórico da mãe é uma mãe que foi
15		abandonada pelo marido com os dois filhos pequenos desempregada
16		que a família não dá apoio né é que esse filho tava na rua porque ela
17		fez isso porque ele foi para rua pedir dinheiro pros outros que
18		passa::vam né então é assim todo um:: histórico né e a gente
19		penaliza essa mãe? Responsabiliza? A primeiro momento não ... né::
20		apesar da violên::cia pratica:da a preocupação daquela crian:ça e a
21		gente foi lá socorreu a criança fez o atendimento viu o que que e
22		assim é:: dah um termo de advertência pra mãe né mas PENALIZAR
23		entrando com proce:sso no juizado da infância CONTRA essa mãe
24		fazer registro de ocorrência NESSE primeiro momento a gente não
25		faz isso não

Ao analisarmos este trecho percebemos que a conselheira tutelar tem uma conduta bastante peculiar diante do caso apresentado, provavelmente orientada por valores e políticas públicas contidas no ECA e assumidas pelos Conselhos Tutelares. Ao ser comunicada sobre o ocorrido, a conselheira, antes de tomar qualquer atitude contra a mãe dessa menina, achou que primeiramente era preciso conhecer melhor a vida e a história dessa mulher. Ao contar essa história, a conselheira se mostra como uma pessoa que se permite olhar para os dois lados da história. Ela se constrói como uma pessoa que acredita que as pessoas merecem novas chances e também que o que essa mulher passou pode ser, de certa forma, uma justificativa para o crime que cometeu.

O trecho que se segue, como dito anteriormente, trata de um tipo diferente de violência, que é a social. A conselheira narra a história de um menino cadeirante que é rejeitado pelos vizinhos na rua onde mora. Segundo a

conselheira, os vizinhos procuraram o Conselho, pois alegam que o menino é uma ameaça à segurança da rua já que ele anda de maneira independente pela calçada e até atravessa ruas.

05	Bruna	=tipo agora recentemente eu fui em um no qual a denúncia era
06		também era cadeirante ai diziam que também tinha é: problemas
07		neurológicos psicológicos mas não tinha ... só físico mesmo e ele
08		tem o carrinho que ele brinca na ru::a né assim tem escada então
09		tem dificuldade pra subir e descer escada mas ele é TOTALmente
10		independente ele tem o carrinho dele pra brincar na rua e o que que
11		pareceu foi mais assim são os vizinhos incomodados dele estar ali se
12		socializan::do brincan::do participan::do né das coisas porque
13	Lili	Bacana
14	Bruna	Ai tem o pessoal fala que ele sai passando atravessa na frente de
15		CARRO e tudo mas ele tem uma dependência ele tem o carrinho
16		dele que dá essa possibilidade de atravessar a rua né ... e ele é
		atento=
17	Anita	=não é uma cadeira é um carrinho
18	Bruna	É tipo um andador
19	Lili	Sei sei
20	Bruna	É tipo um andador de bebe que tem um andador pra ele [pra ele]
21	Lili	[e ele se adaptou?]
22	Bruna	Poder brincar e se adaptou:: e participa né então na: na: rua ... que
23		ele mora não tem muita ...
24	Lili	Escada?
25	Bruna	Não não tem muito acesso ao ônibus mas a:: transversal tem mas
26		ele vai quando tiver que ele brinca de BOLA com as crianças

Nesse trecho, percebemos que a conselheira Bruna se mostra bastante dedicada ao caso desse menino, e ao fazer uso diversas vezes de orações adversativas, como nas linhas 9, 15 e 25, ela mostra que sua opinião é contrária a de seus vizinhos. Ela alega que o menino tem o carrinho como instrumento que o possibilita de estar na rua e ser independente. Dessa maneira, Bruna se constrói como uma profissional imparcial, capaz de avaliar todos os aspectos presentes no caso a fim de chegar à melhor solução para a denúncia feita pelos vizinhos.

Nesta subseção foram apresentadas narrativas que relatam casos de crianças e adolescentes com deficiência que foram vítimas de violência, social ou física, por parentes ou conhecidos. As narrativas analisadas foram relevantes não apenas para o estudo da temática da violência contra crianças e adolescentes, mas também para ajudar a entender como se constrói a identidade de cada um dos conselheiros.

6.4 O envolvimento dos conselheiros nos casos apresentados

Nesta seção serão analisados trechos das entrevistas feitas com os conselheiros que mostram de que maneira eles se envolvem nos casos apresentados de violência contra crianças e adolescentes com deficiência. O envolvimento ou o não envolvimento são questões importantes quando se trabalha com o atendimento pessoal. As narrativas a seguir nos apresentam um lado pessoal dos conselheiros e mostram como eles constroem envolvimento com suas atividades. Esse envolvimento pessoal em atividades profissionais pode, a princípio, parecer algo negativo ou pouco profissional, mas as narrativas apresentadas nesta subseção vão mostrar que, no cenário do Conselho Tutelar, se envolver nos casos pode ser também benéfico no tratamento de crianças e adolescentes.

Os dois primeiros trechos, apresentados a seguir, embora não sejam narrativas são importantes para a análise da identidade dos conselheiros, relatam as impressões de Ana e Bruna sobre a maneira como lidam com os casos de violência contra crianças e adolescentes com deficiência. Ambas afirmam que se esforçam para não se envolver nos casos de violência. O primeiro trecho mostra a conselheira Ana relatando que, apesar de tentar bastante não se envolver, pois se não, como a própria conselheira afirma, “*fica maluca*”, Ana diz que quando a violência gerada é grave fica impossível não se envolver.

01	Anita	E como é pra você assim no geral lidar com com essas situações de
02		violência ligadas a criança e adolescente pra você como conselheira
03		como é que é lidar com isso?
04	Ana	É difícil ... né é difícil porque assim a gente se coloca o tempo todo
05		apesar de ser conselheira e não se ENVOLVER TENTAR não se
06		envolver:: emocionalmente com:: o atendimento que você tá fazendo
07	Lili	= senão você pira hhh
08	Ana	É: se não fica maluca é: mas tem casos que a violência é tão GRAVE
09		que você não tem como não se envolver ... né:: quando a gente
10		atende é::

No trecho a seguir, Thais, ao falar sobre o assunto, mostra toda sua emoção usando palavras e expressões avaliativas como, por exemplo, “*terrível*” e “*acho isso um absurdo*” para caracterizar o que sente em relação à violência.

07	Thais	É:: isso daí é:: terrível né ... eu acho que já ... é:: esses maus tratos
----	-------	---

08		... o abuso sexual contra criança e adolescente ... acho isso um
09		<u>absurdo</u> um <u>absurdo</u> ... mas quando é:: tem uma deficiência então ...
10		né:: não tem nem ... <u>expressão</u> ... pra dizer né:... esse menino que:
11		que chegou aí hoje né... () ele tem uma:: uma deficiência

Dentre os quatro conselheiros entrevistados escolhidos para esta pesquisa, o que sinaliza emoções mais enfaticamente em relação aos atos de violência contra crianças e adolescentes é Carlos. Logo de início, ao ser perguntado sobre como lida com isso ele expõe angústia por se sentir impotente diante de situações tão abusivas a crianças e adolescentes. Sua posição de conselheiro o permite intervir na vida familiar dos envolvidos nos casos, mas mesmo assim ele diz que se sente impotente por não poder dar a essas pessoas tudo que elas merecem. Da mesma maneira como afirmou Thais, no trecho anterior, Carlos também compara a violência contra crianças sem deficiência e a violência contra crianças com deficiência. Para ele, o primeiro caso já seria uma covardia e o segundo seria algo que ele não consegue nem por em palavras, como mostra o trecho abaixo.

05	Anita	Como é que é como é que é lidar com essas notificações
06	Carlos	Olha é:: ... é uma sensação de impotência ... que assim () esses
07		casos realmente chamam muito a nossa atenção ... primeiro que
08		quando é uma violência contra a criança já é uma covardia que
09		quando existe ... contra uma pessoa com deficiência é mais ainda

O envolvimento do conselheiro Carlos não fica, porém apenas no campo da opinião. Carlos afirma no trecho a seguir que as histórias que vivencia no Conselho afetam sua vida de tal maneira que até sua saúde já foi comprometida. Na linha 12, após narrar a história de uma conselheira tutelar que teria cometido um crime de abuso sexual contra uma criança com deficiência, o conselheiro diz: “quase surtei”. Segundo Carlos, a indignação pelo ocorrido, juntamente com o fato de se sentir impotente nesses casos, trouxe prejuízos sérios para sua vida pessoal.

09	Carlos	o caso que mais me chamou atenção nesse tempo todo é:: não foi
10		nada comprovado assim eu:: mas foi sabido que uma conselheira
11		tutelar teria cometido uma violência sexual contra um adolescente
12		portador de deficiência ... então foi nessa época que eu quase surtei
13		que eu não acreditava na mesma coisa que você achar que:: tudo
14		que a gente acha que um pai seria incapaz de fazer com um filho e
15		quando ele faz você se sente traído

Logo em seguida, ao ser perguntado sobre como é para ele lidar com as situações de violência contra crianças e adolescentes, ele afirma que sofre bastante, como mostra o trecho a seguir.

01	Olivia	Como é pra você lidar com essas situações de violência contra
02		crianças e adolescentes de um modo geral
03	Carlos	Sofro bastante porque a gente é eu costumo dizer que aqui você fica
04		tentando é:: descobrir o limite do ser humano e isso faz muito mal eu
05		nesses últimos três anos eu envelheci eu adoeci por conviver com
06		isso e tentar ter alguém pra conversar e não ... as pessoas () ai fui
07		buscar tratamento mental psíquico terapia: uns falam terapia eu fui
08		direto se eu mando todo mundo pro (ipube) é melhor ir lá vê qual é
09	Anita	hhh
10	Carlos	Tomo meus medicamentos faço a minha minha terapia porque assim
11		fiquei doente comecei a ter uma série de sintomas muito diferentes
12		do meu normal e sei lá fui pra macumba fui pra igreja fui pra não sei
13		pra onde falei olha só [eu acho que]
14	Olivia	[[((acumulou tudo))]]
15	Carlos	é parava no bar e peguei falei eu acho que ()
16	Anita	Hhh
17	Carlos	Foi a melhor coisa que eu fiz

Dessa vez, ele não fala apenas de sua saúde mental, mas também de sua saúde física. O conselheiro afirma que envelheceu e adoeceu durante os anos trabalhados no Conselho Tutelar, precisando inclusive de remédios e tratamento psicológico. Isso tanto mostra seu envolvimento de maneira intensa nos casos em que está envolvido, como também que o trabalho de conselheiro tutelar está longe de ser simples ou fácil. Por tudo isso, mais uma vez Carlos constrói não apenas sua identidade profissional, de um conselheiro que se deixa envolver nos casos que precisa atender, mas também sua identidade pessoal, ao se mostrar como um indivíduo que se comove e que sofre diante do sofrimento do outro.

Neste último trecho, Carlos expressa seus maiores sentimentos de raiva em relação a um agressor. Após contar a história da menina com deficiência que foi violentada pelo padrasto e em seguida pela mãe, citada na seção 6.3, Carlos narra toda a emoção que sentiu no dia em que encontrou com o padrasto dessa menina no Conselho Tutelar. Sua fala é tão intensa que parece que o conselheiro está revivendo os momentos que está narrando. Seu tom de voz e a mudança do ritmo na fala mostram que Carlos ficou bastante tocado e envolvido com este caso. Carlos afirma que sua raiva era tanta que sua vontade era matar aquele homem. Carlos se constrói nesse trecho da entrevista como um profissional e um ser

humano indignado com as crueldades feitas contra crianças e adolescentes que não tem muitas vezes nem a chance de se defender.

40	Carlos	telefone sem saber quem era ... e ele vem aqui ... quando eu o vejo a
41		minha reação eu tive que me conter:::: me segurar e não falar nada
42		nem cumprimentá-lo ... a menina foi acolhida e ele retornou no dia
43		seguinte e me provocou ... quando ele me provocou ... a verdade é
44		que eu acho que queria ser provocado porque eu precisava explodir
45		... e aí foi uma coisa HORRÍVEL nem EU me reconheci naquele
46		momento tendo esses SURtos ... disse tudo que eu tinha vontade de
47		dizer pra ele e inclusive que meu sonho era dar um tiro dentro da
48		cara dele porque <u>gente</u> como ele o ideal era que fosse MORTO e
49		INCINERADO pra não contaminar a terra () a humanidade e dizer
50		<u>isso</u> como é que eu disse isso só eu também sou de carne e osso ()
51		mas isso assim ... aos berros... aqui ... mas ele me provocou =

Após observarmos todos os trechos apresentados nesta seção é possível dizer que, Carlos, Bruna e Ana se constroem como profissionais que apresentam em alguns momentos insegurança ao conceituarem deficiência, mas que mostram entendimento em relação à identificação e ao tratamento que deve ser direcionado a crianças e adolescentes com deficiência.

Também podemos observar que os quatro conselheiros mostram indignação e sofrimento em relação aos relatos de violência contra crianças e adolescentes e especialmente contra os com deficiência. Carlos se mostra o mais indignado entre os quatro. Tudo isso os constrói como conselheiros compromissados com a proteção à criança e principalmente como pessoas que acreditam que atos de violência são uma covardia e que devem ser punidos.